



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS E
HUMANAS - LICENCIATURA**

FLÁVIO LUIZ PEREIRA

**A ATIVIDADE AGROPECUÁRIA NO REASSENTAMENTO REFOPAZ –
CASCAVEL – PARANÁ: UM ESTUDO SOBRE A AGRICULTURA DE
BASE FAMILIAR**

LARANJEIRAS DO SUL

2021

FLÁVIO LUIZ PEREIRA

**A ATIVIDADE AGROPECUÁRIA NO REASSENTAMENTO REFOPAZ –
CASCAVEL – PARANÁ: UM ESTUDO SOBRE A AGRICULTURA DE
BASE FAMILIAR**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Antônio Finatto

LARANJEIRAS DO SUL

2021

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

, Flavio Luiz Pereira
A ATIVIDADE AGROPECUÁRIA NO REASSENTAMENTO REFOPAZ
CASCAVEL PARANÁ: UM ESTUDO SOBRE A AGRICULTURA DE BASE
FAMILIAR / Flavio Luiz Pereira . -- 2021.
48 f.:il.

Orientador: Doutor Roberto Antônio Finatto

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em Interdisciplinar em Educação do Campo:
Ciências Sociais e Humanas, Laranjeiras do Sul, PR,
2021.

1. Agricultura Familiar. 2. Reassentamento. 3.
Agropecuário. I. , Roberto Antônio Finatto, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FLÁVIO LUIZ PEREIRA

**A ATIVIDADE AGROPECUÁRIA NO REASSENTAMENTO REFOPAZ –
CASCAVEL – PARANÁ:
UM ESTUDO SOBRE A AGRICULTURA DE BASE FAMILIAR**

Trabalho de conclusão de graduação apresentado à Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus* Laranjeiras do Sul, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas.

Esse trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:
13/10/2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Roberto Antônio Finatto – (UFFS)
(Orientador)



p/ Prof. Dr. Fabio Luiz Zeneratti – (UFFS)
(Avaliador)



p/ Profa. Dra. Joice Konrad – (IFSC)
(Avaliadora)

RESUMO

Este trabalho analisa a diversidade na produção familiar e as transformações na vida das famílias com a formação do reassentamento Refopaz, localizado em Cascavel – Paraná. O reassentamento é resultado do deslocamento das famílias da área atingida pela instalação da Usina Hidrelétrica Governador José Richa nos municípios de Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra, São Jorge do Oeste, Boa Vista da Aparecida, Capitão Leônidas Marques, Quedas do Iguaçu e Três Barras do Paraná. A presente pesquisa vai apresentar as lutas da população atingida para garantir seus direitos, como o recebimento de indenizações e também a garantia de serem reassentadas em outra localidade. A partir disso, buscamos identificar a diversidade e as principais características na produção agropecuária e alguns aspectos que marcam a mudança de vida no reassentamento. A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica com o objetivo de compreender o processo histórico da formação do reassentamento e os fundamentos da organização familiar na agricultura e trabalho de campo para a coleta de dados com as famílias reassentadas.

Palavras-chaves: Agricultura familiar. Reassentamento. Agropecuária.

ABSTRACT

This work analyzes the diversity in family production and the life transformations of families with the formation of the Refopaz settlement, located in Cascavel – Paraná. The resettlement is the result of the displacement of families from the area affected by the installation of the Governador José Richa Hydroelectric Power Plant in the municipalities of Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra, São Jorge do Oeste, Boa Vista da Aparecida, Capitão Leônidas Marques, Quedas do Iguaçu and Três Barras do Paraná. This research will present the struggles of the population affected to guarantee their rights, such as receiving indemnities and also the guarantee of being resettled in another location. From this, we seek to identify the diversity and main characteristics in agricultural production and some aspects that mark the change of life in resettlement. The research was developed through a literature review with the aim of understanding the historical process of resettlement formation and the foundations of family organization in agriculture and field work for data collection with resettled families.

Keywords: Family farming; Resettlement; Farming.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Parte do curso do Rio Iguaçu antes da construção da Usina, 1986.....	19
Figura 02 - Parte do curso do Rio Iguaçu após a construção da Usina, 2021.....	20
Figura 03 - Localização do Reassentamento Refopaz, 2021.....	24
Figura 04 - Principais atividades produtivas das famílias entrevistadas no reassentamento Refopaz, 2021.....	30
Figura 05 - Produção de mandioca para o autoconsumo das famílias no reassentamento Refopaz, 2021.....	31
Figura 06 - Produção de mandioca para o autoconsumo das famílias no reassentamento Refopaz, 2021.....	31
Figura 07- Produção de queijo para o autoconsumo das famílias no reassentamento Refopaz, 2021.....	32
Figura 08 – Paisagem do reassentamento Refopaz com destaque para o relevo da área, 2021.....	36
Figura 09 - Maquinários agrícolas disponíveis nas unidades de produção visitadas, 2021.....	37
Figura 10 - Maquinários agrícolas disponíveis nas unidades de produção visitadas, 2021.....	38

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
1.1 Objetivo Geral	11
1.2 Objetivos Específicos.....	11
1.3 Metodologia.....	11
2 OS ANTECEDENTES: ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO DO REASSENTAMENTO REFOPAZ.	14
3 A DIVERSIDADE DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA NO REASSENTAMENTO REFOPAZ.....	26
3.1 Caracterização das famílias entrevistadas.....	26

1 INTRODUÇÃO

Para a construção de usinas hidrelétrica, faz-se necessário um reservatório, ou seja, constrói-se um lago. A construção desse lago promove uma transformação total da paisagem, pois envolve a desocupação de uma grande área de terra. Assim sendo, essa construção acarreta em alterações socioambientais em escala local e regional, impactando o ambiente e a população ribeirinha, que é atingida pela barragem. De acordo com Mendes e Hespanhol (2002), no Brasil, a construção de usinas hidrelétricas causa impactos irreparáveis tanto ao ambiente quanto à população atingida, pois os habitats existentes são destruídos, novos são criados, além de ser redefinido um novo relevo, há uma alteração que pode contribuir para a extinção de algumas espécies, na fauna e flora.

A população que vive nesta área precisa ser removida, causando uma desestruturação social. Além disso, no início da construção, ocorre um fluxo grande de pessoas para a área, porém, com o término da mesma, há um esvaziamento demográfico, promovendo um desequilíbrio econômico local e regional. Apesar de, segundo Derrosso e Ichikawa (2013), as famílias atingidas serem indenizadas e reassentadas, compreende-se que ocorrem impactos na vida desses moradores que ultrapassam as esferas sociais, econômicas e culturais. Ainda, deve-se considerar as famílias que vivem no entorno do reservatório, essas também sofrem prejuízos, comunidades ficam reduzidas, precisam se adaptar ao novo ambiente, além de que alguns impactos só aparecerão após a construção da barragem. Essas últimas, não recebem nenhum tipo de ajuda, de indenização, dessa forma, compreende-se que as empresas “mascaram” os impactos, aquilo que a natureza e as famílias perderam.

Fauna, flora e cultura são submersas, comunidades separadas, destruição, inundação de igrejas, capelas, indeniza-se o material, mas as questões subjetivas e afetivas não possuem reparação. Cada local conta uma história, remete a memórias, tudo é levado com a água. Portanto, as perdas, os impactos causados pela construção das usinas hidrelétricas são incalculáveis.

Existem trabalhos que tratam do caso da Usina Hidrelétrica Governador José Richa, como o de Karpinski (2007), “Sobre as águas a memória: relações de poder e subjetividades durante a implantação da Usina Hidrelétrica Governador José Richa (Paraná, 1989-2001)¹”, que aborda o impacto ambiental e os enfrentamentos entre a população, buscando compreender a reconstrução das identidades dos ribeirinhos deslocados pela construção da usina. Já Derrosso (2012), no trabalho “A influência dos movimentos sociais na reconfiguração das identidades: um estudo junto aos reassentados pela construção da usina hidrelétrica Governador José Richa – PR”, analisa o papel dos movimentos sociais que atuaram no período de construção da mesma, na reconfiguração da identidade dos ribeirinhos compulsoriamente deslocados.

Portanto, esta pesquisa busca ampliar o entendimento destes processos, visando entender quais são as diferentes formas de organização do trabalho e das atividades produtivas no Reassentamento Refopaz, surgido em decorrência da construção da usina Governador José Richa.

A escolha deste tema ocorreu no ano de 2017, quando iniciei minha trajetória acadêmica na Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus Laranjeiras do Sul*. Deste modo, comecei meus estudos no Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas, com o passar dos dias durante as primeiras aulas, por meio de diálogo com os professores, os mesmos relataram sobre o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que tinha por finalidade realizar pesquisas sobre determinados temas ou fatos sociais. Foi então que apresentei para os professores os acontecimentos da comunidade onde minha família residia e, portanto, sendo diretamente atingida pela construção da usina.

Os fatores que contribuíram para a escolha deste tema estão diretamente ligados ao fato de minha família ter sido atingida pela construção da usina. Considerando as lutas travadas pelos nossos familiares, juntamente com todas as pessoas que seriam prejudicadas, foram muitos os enfrentamentos com a empresa Companhia Paranaense de Energia (Copel) para a conquista do direito a remuneração.

¹ A Usina Hidrelétrica Governador José Richa também é conhecida como Usina Hidrelétrica Salto Caxias.

Outro elemento importante foi a construção do reassentamento Refopaz, em Cascavel, este, por sinal, aparece como uma grande conquista para as famílias atingidas na construção da usina. Também residi por 18 anos nesta área e muitos de meus familiares ainda continuam com suas moradias estabelecidas no reassentamento. A escolha deste tema também ocorreu por não existir trabalhos e pesquisas realizadas sobre o Refopaz.

Tendo em vista meu contato direto com o reassentamento, podemos apontar aqui algumas hipóteses para a presente pesquisa: a criação do reassentamento possibilitou melhora na condição financeira das famílias devido às indenizações recebidas; as famílias possuem uma diversidade na produção agropecuária no reassentamento, gerando diferenças econômicas entre as mesmas.

1.1 Objetivo Geral

- Analisar a diversidade na produção familiar e as transformações na vida das famílias com a formação do reassentamento Refopaz, em Cascavel - Paraná.

1.2 Objetivos Específicos

- Apresentar o processo histórico de formação do reassentamento Refopaz;
- Analisar as atividades econômicas e produtivas do reassentamento;
- Compreender as principais transformações nas atividades agropecuárias e na lógica de produção familiar com a mudança das famílias para o reassentamento.

1.3 Metodologia

O presente trabalho é de natureza qualitativa, pois analisa vários elementos sobre a produção familiar no reassentamento de forma aprofundada. A revisão bibliográfica, por sua vez, vai complementar e enriquecer a análise dos dados coletados. Desta maneira, Godoy (1995) afirma que a pesquisa qualitativa possibilita ao pesquisador ir ao campo de

investigação coletar os dados e manter um contato mais direto com as pessoas envolvidas, assim podendo considerar os diversos pontos de vista de determinado grupo social.

A pesquisa qualitativa proporciona um contato direto com o ambiente a ser pesquisado, desta maneira, esta aproximação com o campo de pesquisa leva o pesquisador a descrever diversos elementos encontrados na localidade investigada. Sempre deve ser levado em consideração o contexto e a realidade das questões estudadas ou pesquisadas (PRODANOV e FREITAS, 2013).

Assim, em primeiro lugar, foram realizadas pesquisas bibliográficas com o objetivo de compreender melhor as causas para a formação do reassentamento (DERROSSO E ICHIKAWA, 2013; SILVA, 2015; PAGLIARINE JÚNIOR, 2009), bem como entender melhor os elementos estruturantes da produção agropecuária de base familiar. Utilizamos como referencial teórico: Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro (WANDERLEY, 1996); Agricultura Camponesa no Brasil (OLIVEIRA, 2001); Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade (WANDERLEY, 2003); Agricultura familiar Camponesa na Construção do Futuro (PETERSEN, 2009).

Posteriormente, foram realizados diálogos com cinco moradores do reassentamento, os quais residem na área desde a sua constituição. O intuito de realizar esse diálogo inicial com os moradores se deu pela necessidade de caracterização do reassentamento, além de buscar informações sobre a organização do trabalho das famílias e as diversas formas de produção. Também, buscou-se identificar a quantidade de habitantes da comunidade, levando em consideração seus modos de vida e o vínculo com a terra. Estas cinco entrevistas ocorreram nos dias 28 e 29 de novembro de 2020 e foram feitas por meio de ligação telefônica, pois a população ainda não estava imunizada contra a COVID-19.

Num terceiro momento, foram realizadas entrevistas presenciais com os moradores do reassentamento, respeitando as orientações da Organização Mundial da saúde (OMS), sempre mantendo o distanciamento social e utilizando máscara. Desta vez, foram visitadas nove propriedades do reassentamento e realizadas nove entrevistas. As entrevistas, orientadas por

um roteiro (Apêndice I), foram gravadas em um aparelho celular para facilitar o registro e possibilitar a transcrição das informações fornecidas pelos entrevistados. Após a transcrição dos dados coletados, as gravações foram apagadas, garantindo-se o anonimato dos entrevistados.

Este terceiro momento foi realizado em duas etapas. As primeiras entrevistas ocorreram nos dias 29 e 30 do mês de julho de 2021 e a segunda etapa foi realizada nas datas de 17, 18 e 19 do mês agosto de 2021.

2 OS ANTECEDENTES: ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO DO REASSENTAMENTO REFOPAZ.

De acordo com Derrosso e Ichikawa (2013), o processo de colonização da região sudoeste do estado do Paraná teve seu início durante o Governo Getúlio Vargas, no ano de 1940. O governo criou a colônia agrícola nacional General Osório (Cango) com o objetivo de povoar as regiões de fronteira, mais precisamente nas divisas com Argentina e Paraguai. Esse movimento do governo na década de 1940 e a fundação da empresa Cango influenciaram diretamente no processo de colonização da região sudoeste.

Um dos principais objetivos de Vargas em povoar a região deveu-se ao fato dos grandes avanços e crescimento da população urbana. Então, surgiu a necessidade de ampliar a produção de alimentos no país e intensificar o cultivo em terras férteis. Assim, é criada neste impulso a marcha para oeste com o intuito de aumentar a produção, conforme Derrosso & Ichikawa (2013, p. 141) explanam

No governo de Getúlio Vargas começa uma campanha para a colonização e o aumento das fronteiras agrícolas do país, chamada “Marcha para o Oeste”, buscando ampliar as áreas de agricultura, trazendo força de trabalho para essas regiões. Com isso, o objetivo era o de ampliar a agricultura extensiva em regiões de terra fértil, uma vez que as regiões urbanas cresciam e necessitavam do aumento da produção de alimentos no país [...]

O Governo Federal também pretendia povoar as áreas de fronteira do país, principalmente a região oeste do Paraná. A empresa Cango foi criada para pleitear o processo de colonização da porção oeste do Sul do Brasil, sendo assim, a mesma entra em cena dando suporte para os agricultores que se instalariam na região sudoeste do Paraná. Diante disso, muitas pessoas foram atraídas para a região. Como relatam Derrosso e Ichikawa (2013), com base em Gome (1987), os agricultores que ocupariam as novas terras da região sudoeste do estado do Paraná vieram do Rio Grande do Sul, com

origem italiana, polonesa e alemã. Esses moradores se somaram à população indígena que já habitava a região.

Os novos moradores do sudoeste do estado do Paraná receberiam, por meio da Cango, certos benefícios para o desenvolvimento das novas habitações. Ainda de acordo com os autores citados, os mesmos teriam acesso entre 24 a 36 hectares¹ de terra, além de auxílio médico, dentista e ferramentas para as lavouras.

Contudo, faltava um benefício que a empresa Cango não garantiu para os contemplados, que seria a documentação das terras, ou seja, as escrituras legais, tornando, dessa forma, os novos habitantes como posseiros.

Pelo fato de não haver documentação das propriedades rurais, e como os agricultores já haviam realizado seus cultivos nas terras, isto fez com que surgissem vários conflitos entre os produtores rurais contra a empresa Cango e outras empresas do ramo imobiliário que se titulavam donas das terras. Esses conflitos então resultaram na Revolta dos Posseiros, no ano de 1957, conhecida até os dias atuais. Os moradores conseguiram expulsar as empresas Clevelândia Industrial e Territorial (LTDA), a Companhia Comercial Agrícola e a Companhia Apucarana, empresas do ramo imobiliário onde todas se diziam donas das terras juntamente com a Cango. Esse ato por parte dos agricultores, que resultou na Revolta dos Posseiros, fez com que os mesmos acessassem o direito às documentações, ou seja, obtiveram na justiça o direito legal sobre as escrituras das propriedades (DERROSSO e ICHIKAWA, 2013).

Mondardo (2011) caracteriza o processo de ocupação paranaense em três momentos históricos: a mobilidade cabocla (1900-1940); a migração gaúcha e catarinense (1940-1970) e a migração “paranaense” (1970-2000). A mobilidade cabocla trouxe para o Paraná peões, agregados, ex-escravos, estancieiros e/ou fazendeiros empobrecidos que buscavam uma forma de sobreviver, assim, tomavam posse de um lugar para viver.

Contudo, esse cenário mudou com o segundo processo de ocupação, a migração gaúcha foi resultado da ocupação e apropriação do território, primeiramente, rural, devido às atividades agrícolas e, posteriormente, urbano, o qual crescia para dar assistência às atividades agrícolas. De acordo com

¹ O hectare corresponde a uma área de 10.000m².

Reolon (2007), entre os anos de 1872 até meados de 1910, a imigração incrementava a população brasileira, contudo, esses números começaram a diminuir, dando espaço para a migração interna, tendo como destino as áreas interioranas do país. Por meio desta transição que ocorreu durante o governo Vargas de povoar o oeste do Brasil e que influenciou também no sudoeste do estado do Paraná, pode-se dizer então ocorreu uma necessidade de ampliar a produção de alimentos devido ao grande crescimento dos centros urbanos. Com isso, o “sertão paranaense” começou a ser povoado não apenas por colonos, caboclos, mas por médicos, dentistas, açougueiros, farmacêuticos, comerciantes, professores, operários, entre outros, visando atender a demanda que a formação de centros urbanos estava apresentando. Nesse período, o crescimento populacional do estado foi muito expressivo, segundo Mondardo (2011), a população paranaense mais que quintuplicou comparando ao número de habitantes registrado em 1940.

O último processo de ocupação, a migração paranaense, foi marcado pelo êxodo rural, devido ao forte desenvolvimento, modernização agrícola, realocando a população, concentrando mais pessoas nos centros urbanos. Além de a modernização agrícola proporcionar um aumento de produtividade do trabalho, um produto padronizado, possibilitar uma previsão da produção e maior rentabilidade agroindustrial, também ocasionou a expulsão de inúmeros agricultores do campo.

Pode-se destacar aqui que, com a expansão das cidades juntamente com uma industrialização crescente, surgiu a necessidade de geração de energia elétrica para suprir ou manter esta crescente indústria. Assim sendo, percebe-se que foi no período de 1945 a 1970 que os projetos hidrelétricos começaram a se espalhar, destacando-se nos estados do Paraná e Minas Gerais. Com o crescimento do Brasil, surgiu a necessidade de novas instalações de usinas hidrelétricas visando suprir a demanda de energia.

No final da década de 1970 e início de 1980, a energia elétrica pode ser transmitida em grandes blocos e distâncias, alavancando ainda mais a geração de energia (ANEEL, 2002). Devido às suas características naturais, com relevo de planaltos, chuvas distribuídas durante o ano todo, o Paraná se torna uma potência para a geração de energia elétrica. De acordo com Rossi (2014), outro fator que tornou o Paraná um estado com uma grande concentração de usinas

hidrelétricas é a proximidade geográfica com o estado de São Paulo, o qual é um grande consumidor da energia produzida no Paraná.

Partindo destas necessidades é que, de acordo com Silva (2014), o Brasil norteia as grandes construções de barragens geradoras de energia elétrica nos anos de 1960 e 1980, justamente para atender as demandas socioeconômicas do país. Este período ficou marcado pelas grandes obras de barragens geradoras de energia elétrica, pois foram construções de grandes dimensões, além dos reservatórios de água que surgiram junto com as barragens.

Conforme Silva (2014), as construções de barragem, além de possibilitar a geração de energia elétrica também viabilizam outras áreas no desenvolvimento social e econômico. Podemos expor aqui que as construções de barragens trazem vantagens para as atividades de navegações, como irrigação do solo por meio da captação de água dos reservatórios, além de controlar enchentes. Mas, por outro lado, se olharmos algumas questões como o meio ambiente e a questão social, as grandes construções de barragens causam danos gravíssimos tanto para o meio ambiente quanto para as populações que habitam nas proximidades dos rios atingidos.

No que se refere aos problemas ambientais, devido ao aumento do nível da água pela construção de barragens, Zen e Ferreira (2012) apontam que o alto muro de pedras, que é construído com um objetivo de reter a água do rio e manter assim um reservatório, impossibilita a migração e reprodução das várias espécies de peixe, além de reter nutrientes naturais que são conduzidos pela água, sem deixar de lado a modificação da fauna aquática e, dessa forma, acabando por lesar a atividade pesqueira por muitos anos.

Outro elemento negativo presente na discussão das usinas hidrelétricas é o impacto causado na sociedade, pois com as construções das barragens, surgem os enormes lagos facilitando o aparecimento de doenças hidricamente transmissíveis, como filaríose, malária e esquistossomose. Segundo Zen e Ferreira (2012), a construção de uma barragem afeta diretamente as regiões que estão sendo realizadas as obras, pois, com o grande fluxo migratório de pessoas que são atraídas pela construção das barragens, acaba sobrecarregando os serviços públicos e a infraestrutura local.

Seguindo nesta perspectiva relacionada aos impactos sociais, destacamos aqui o deslocamento que as populações atingidas por barragem acabam tendo que se submeter, pois tendo em vista que suas moradias e terras de produção ficarão submersas nos lagos das grandes Hidrelétricas. Novamente de acordo com Zen e Ferreira (2012), a construção de barragens leva a destruição das terras aráveis além da população ser expulsa e perder sua fonte de renda que estava ligada ao rio e às terras atingidas.

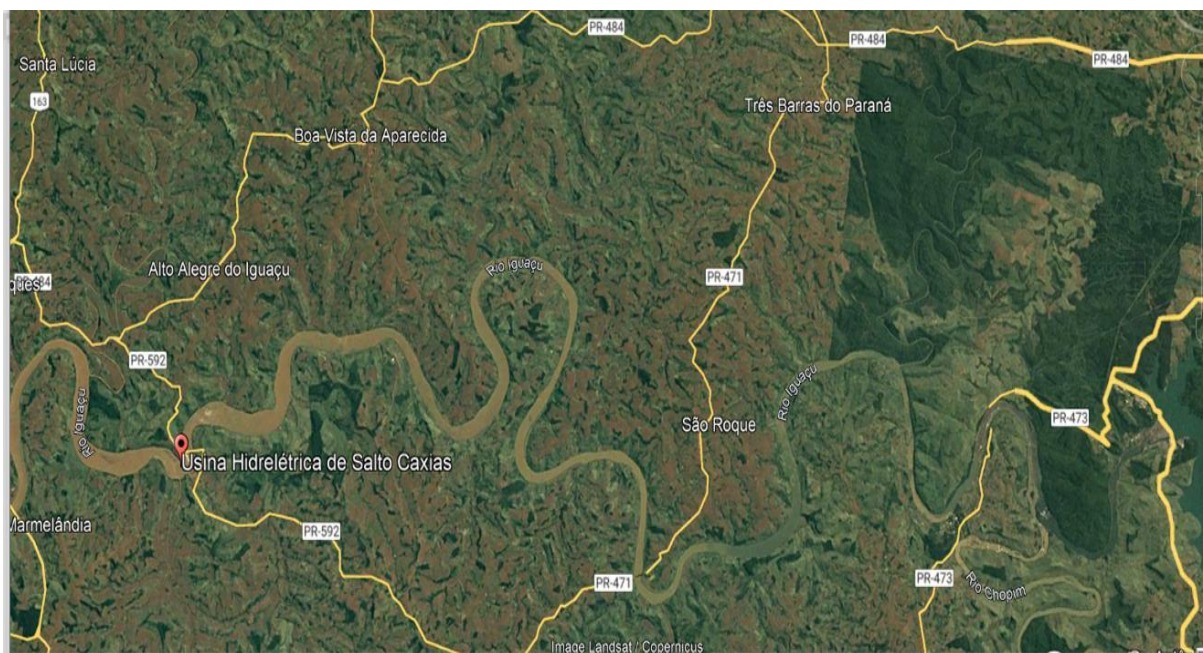
As construções das barragens resultam em impactos sociais, econômicos e culturais, por mais que as famílias atingidas sejam indenizadas, essa indenização não recompensa os impactos negativos causados. A mudança não impacta apenas na “perda do lugar”, espaço físico, essa realocação das famílias modifica relações sociais, o trabalho, a rotina, altera a identidade da população que precisa se mudar e também das famílias do entorno. Infelizmente, também não são incluídos nesses impactos a população do entorno das áreas alagadas, que sofrem com uma redução drástica da sua comunidade.

A contribuição econômica local e regional também é afetada drasticamente, pois há uma redução das famílias, contudo, esse impacto só poderá ser sentido após a construção da barragem, já que durante a construção da barragem demanda um fluxo grande de pessoas para o local, contudo, ao término dessa construção, os trabalhadores voltam para suas cidades e a economia local/regional sofre uma queda. Também, não há como indenizar as perdas sentimentais, cada lugar possui uma história, uma recordação, perde-se uma parte da história, da cultura de uma comunidade. Vale ressaltar que, tanto para as famílias reassentadas quanto as famílias que ficam no entorno das barragens, precisam se reinventar, adaptarem-se à nova vida, buscando criar uma nova identidade.

No caso deste trabalho, direcionamos nosso olhar para a Usina Hidrelétrica Governador José Richa. Esta hidrelétrica se localiza entre a região oeste e sudoeste do estado do Paraná e utiliza os recursos hídricos do Rio Iguaçu entre os municípios de Capitão Leônidas Marques e Nova Prata do Iguaçu. Na margem do rio Iguaçu, ao norte, localizam-se os municípios da região Oeste do Paraná: Boa Vista da Aparecida, Capitão Leônidas Marques, Três Barras do Paraná e Quedas do Iguaçu. Já na margem esquerda, estão

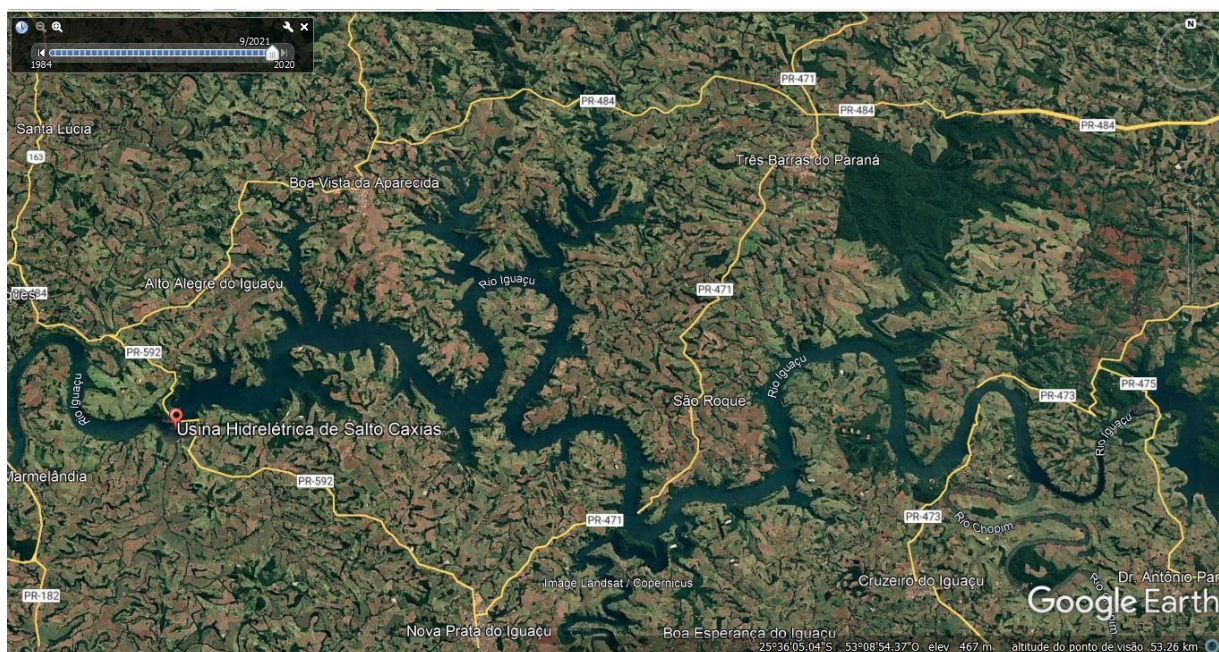
localizados os municípios pertencentes à região Sudoeste: Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra e São Jorge do Oeste. As figuras 01 e 02 mostram a mesma área de parte do curso do rio Iguaçu antes e depois da construção da Usina Hidrelétrica Governador José Richa.

Figura 01 – Parte do curso do Rio Iguaçu antes da construção da Usina, 1986



Fonte: Google Earth (1986).

Figura 02 – Parte do curso do Rio Iguazu após a construção da Usina, 2021



Fonte: Google Earth (2021).

Segundo Parmigiani (2006) para a construção de Salto Caxias foram realizados estudos desde os anos de 1970 até 1993 com o objetivo de identificar os locais de melhor barramento da água, acompanhado de análises sobre a capacidade energética do rio, além das avaliações realizadas para identificar o tamanho da área que seria afetada e a sua rentabilidade, por fim, foram realizadas as pesquisas referentes aos impactos ambientais e sociais que esta obra traria.

Com as pesquisas realizadas, no ano de 1995 se iniciam as obras da usina Hidrelétrica Governador José Richa e quatro anos mais tarde, em 1999, a mesma começa a operar. Segundo Ichikawa (2014) com base em Copel (2008), a hidrelétrica de Salto Caxias é a usina mais importante entre aquelas que são administradas pela Companhia Paranaense de Energia (Copel).

Diante dos rumores da construção da nova usina hidrelétrica, em 1988, as prefeituras junto aos sindicatos dos municípios de Nova Prata do Iguazu, Dois Vizinhos, Realeza, Capitão Leônidas Marques, Boa Vista da Aparecida, Capanema, Planalto e Três Barras do Paraná organizaram uma carta aberta ao povo e às autoridades estaduais, levantando as principais questões para serem

debatidas e se colocando em posição oposta à instalação do empreendimento (PARMIGIANE, 2006 *apud* ICHIKAWA, 2014).

Esta posição contrária da população, em relação à construção da barragem, deu-se devido às organizações sindicais dos municípios que seriam atingidos e pelo contato que tiveram com experiências de outras localidades que foram atingidas pela construção de barragens. Nesse contato, tendo consciência das promessas que não foram cumpridas, exigiram um compromisso por escrito da COPEL, “o impasse estava estabelecido e a reunião não representou, portanto, um avanço concreto para a sua solução” (PARMIGIANE, 2006 *apud* ICHIKAWA, 2014). Dessa forma, com o apoio do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) a população afetada fundou um novo movimento social, a Comissão Regional dos Atingidos por Barragem do Rio Iguaçu (CRABI). Esse, por sua vez, seria o responsável direto nas negociações com a empresa Copel, portanto, a CRABI defenderia diretamente os interesses da população atingida.

A Crabi surgiu em uma reunião que teve como assunto central a construção da futura hidrelétrica Governador José Richa, visando mobilizarem-se para garantir a indenização dos futuros atingidos pela barragem, a questão não era ser contra ou a favor da construção, mas sim do reparo aos impactos que essa construção traria, visto que as famílias pretendiam se precaver para não deixar os mesmos problemas que sofreram com a Copel em outras barragens. Assim sendo, desmistifica a fala da Copel em relação à “doação” de novas áreas para as famílias, pois foi necessário um movimento social, lutas e enfrentamentos para conseguir o que lhe é de direito, afinal, tudo o que a família construiu seria submerso, precisaria recomeçar, um recomeço social e cultural, como já citado, uma indenização material, pois o subjetivo, o sentimento, é de difícil mensuração.

Derrosso e Ichikawa (2014) afirmam que em dezembro de 1993, a Crabi assinou uma cláusula de compromisso com a Copel, que condiz em respeitar sugestões das pessoas que estavam sendo lesadas ou afetadas, sendo assim, foram estabelecidas as diretrizes para a formação de reassentamento para receber as famílias que seriam atingidas pela construção da barragem. Seria garantida uma nova moradia para os proprietários somado ao acesso à terra que seria de até 12 hectares. Nesse contexto, foi assegurado o direito de

acesso para o reassentamento das famílias que eram proprietárias e meeiros inquilinos. Por meio das negociações e interlocução da Crabi, os ribeirinhos conseguiram dar um passo importante, pois ficou determinado que os mesmos seriam ressarcidos ou compensados antes da construção da barragem.

Entretanto, diante do enorme atraso de pagamentos por parte da Copel em relação às indenizações dos ribeirinhos, a Crabi mobilizou cerca de 4 mil pessoas no ano de 1995. Essa mobilização foi realizada pelas pessoas que seriam atingidas pela construção da obra da Copel. Com isto, a população ocupou os canteiros de obra da barragem. Essa manifestação fez com que a empresa Copel emitisse uma ordem para realizar a compra das terras para formar, então, o reassentamento. Entretanto, a Copel ignorou as documentações e não envolveu as famílias no processo de escolha para a compra das terras, além do edital elaborado pela Copel atender menos famílias do que de fato era preciso (PARMIGIANI, 2006 *apud* DERROSSO e ICHIKAWA, 2014).

Devido ao não cumprimento por parte da Copel com as questões referentes ao reassentamento, a população ribeirinha realizou uma nova manifestação na capital do estado do Paraná, na cidade de Curitiba. Esse ato praticado por parte da população tinha o objetivo de fazer as tramitações negociáveis diretamente como Governador do Estado que na época era Jaime Lerner, as pessoas procuraram o governador para negociar pelo fato da Copel não cumprir as suas promessas. Dessa forma, com a participação do Governador, as famílias obtiveram sucesso, pois no ano de 1996, as pessoas atingidas escolheram suas terras, onde o governo faria a compra por meio de decreto (DERROSSO e ICHIKAWA, 2013).

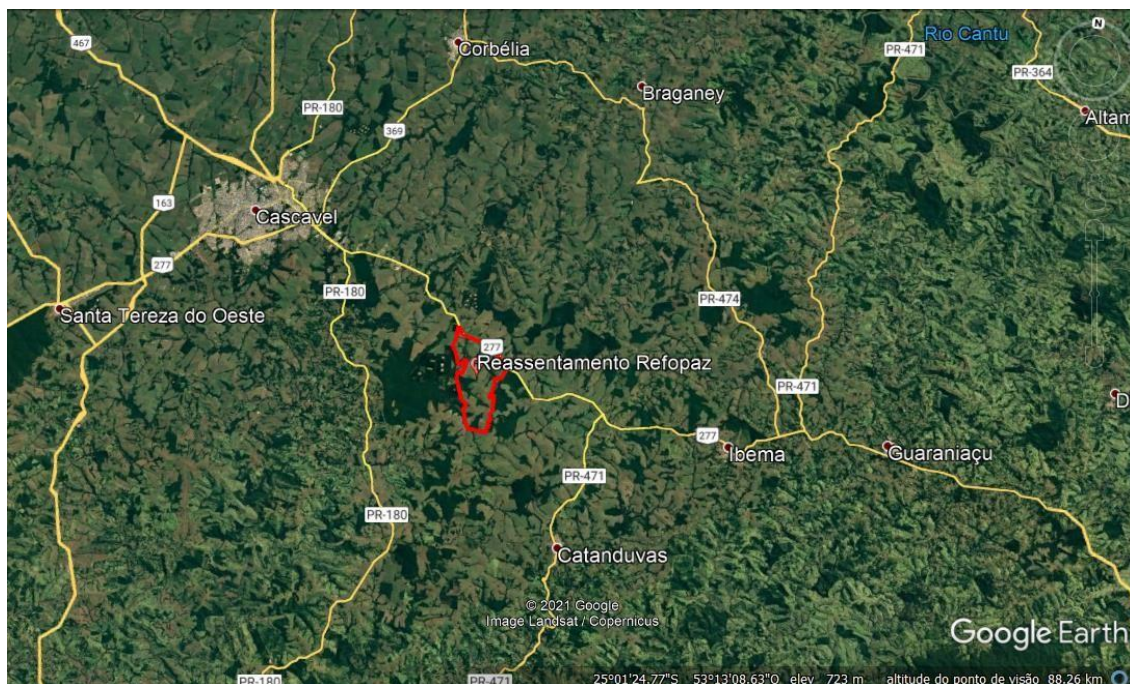
Este processo de lutas que se constituiu em conquista, resultou em uma enorme mudança nas vidas de inúmeras pessoas que foram remanejadas dos municípios atingidos pela construção da barragem da usina. Os municípios atingidos foram: Capitão Leônidas Marques, Boa Vista da Aparecida, Três Barras do Paraná, Quedas do Iguaçu, Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra, Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu e São Jorge do Oeste. Segundo Derrosso e Ichikawa (2013), no ano de 1999, cerca de 600 famílias foram reassentadas em dez reassentamentos. E o papel da Crabi foi ressaltado por um morador “o papel da Crabi foi fundamental para que hoje nós tenhamos o

que temos, foram muitas vezes que tivemos que nos manifestar, lutar para que as coisas acontecessem do jeito certo” (DERROSSO e ICHIKAWA, 2013, p.146).

As famílias reassentadas, além de conquistarem o reassentamento, também conseguiram receber uma indenização em dinheiro pelas suas terras que ficaram cobertas de água devido à formação do lago. Um outro elemento importante foi a inclusão de pessoas que eram meeiras, posseiras e agregadas no acesso as terras do reassentamento. Assim, no município de Cascavel, a partir do ano de 1996, foram formados três reassentamentos: São Francisco, Nossa Senhora dos Navegantes e Refopaz. A criação dos reassentamentos, com um total de 450 famílias, significou um aumento de 15% das propriedades rurais de Cascavel (DERROSSO e ICHIKAWA, 2013 *apud* PAGLIARINI, 2009).

Neste trabalho, focaremos no reassentamento Refopaz, este, por sinal, está localizado nas margens da Br 277, km 408, município de Cascavel, no Paraná. A figura 03 apresenta a localização do reassentamento, assim como as cidades mais próximas. Vale destacar que, considerando a localização do reassentamento, os moradores rotineiramente acessam produtos e serviços das cidades de Catanduvas e Cascavel.

Figura 03 – Localização do Reassentamento Refopaz, 2021



Fonte: elaborada pelo autor, com base em Google Earth (2021)

A formação do reassentamento ocorreu no ano de 1998, com a chegada de 87 famílias oriundas do remanejamento, devido às indenizações recebidas da Usina Hidrelétrica Governador José Richa. De acordo com o Entrevistado 1 (2020), podemos analisar e entender um pouco melhor o reassentamento e, assim, conhecer como tudo se iniciou, observando também seu processo de construção para os moradores indenizados.

O nosso reassentamento é formado por duas comunidades que é a Santa Barbara e a Nossa Senhora da Salette, as duas comunidades, juntas, têm 87 famílias, todos os moradores que moram aqui vieram juntos depois que recebemos os sítios da usina de Salto Caxias. A gente chegou aqui era no ano de 1998, foi um alívio porque conseguimos receber da Barragem terras boas e pegamos casa e galpão feito em cada propriedade.

Nas conversas sobre o reassentamento com os entrevistados, os mesmos relatam sobre a quantidade de terras adquiridas por família. Os moradores conquistaram entre 12 e 28 hectares de terra, dependendo do número de integrantes na família, em outras palavras, se o grupo familiar fosse composto pelo casal e mais dois filhos receberiam 12 hectares de terra e os

casais com mais filhos chegaram a receber 28 hectares de terra. Assim, o Entrevistado 2 (2020) nos diz que:

Cada família que veio morar aqui ganhou entre 5 e 12 alqueires de terra, dependia da quantia de filho que tinha na casa. Se fosse o casal e mais duas crianças ganhava até 5 alqueires e se fosse mais filho junto com o casal, ganhava 12 alqueires de terras, também a casa que vinha junto com o sítio se a família era maior a casa também era mais grande e se a família fosse menor a casa tinha um cômodo a menos [...].

Após muitas conversas com os entrevistados, em relação ao reassentamento e às terras conquistadas pelos mesmos, então entramos em diálogo sobre as formas de trabalho desenvolvidas em suas unidades de produção, tendo em vista os meios utilizados para a atividade agrícola, juntamente com a diversidade nas suas produções, como apresentado no próximo capítulo.

3 A DIVERSIDADE DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA NO REASSENTAMENTO REFOPAZ

Neste capítulo daremos destaque para a caracterização das famílias entrevistadas, apresentando o que produzem, as atividades geradoras da renda familiar, destacando o trabalho e a organização dos moradores do reassentamento.

3.1 Caracterização das famílias entrevistadas

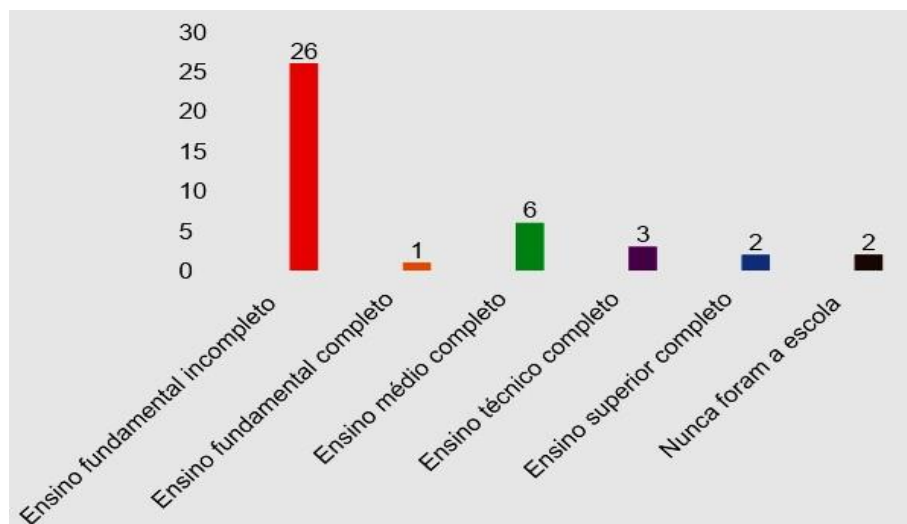
As famílias entrevistadas possuem, em média, quatro integrantes por moradia. Foram entrevistadas nove pessoas, uma em cada unidade de produção visitada e, dessas, apenas duas possuem mais integrantes do que a média, sendo uma com sete pessoas e a outra com seis.

Um outro ponto identificado foi a faixa etária dos mesmos. Durante a pesquisa de campo ficou constado que das 40 pessoas que residem nas propriedades visitadas, sete estão com idade entre 60 e 75 anos; outras dez pessoas estão na faixa etária de 46 a 55 anos; nove pessoas têm entre 30 e 40 anos; cinco pessoas entre 20 e 30 anos; seis pessoas de 10 a 20 anos de idade; e, por último, são mais três pessoas com idade entre 01 a 10 anos.

A escolaridade dos entrevistados do reassentamento foi mais um ponto da entrevista. Das 40 pessoas que residem nas propriedades visitadas, 26 possuem o ensino fundamental incompleto; 1 pessoa conta com ensino fundamental completo; 6 dos moradores conseguiram concluir o ensino médio; 3 pessoas possuem ensino técnico completo; 2 pessoas contam com ensino superior completo. E outras 2 pessoas não frequentaram a escola.

Estas duas pessoas que não possuem escolaridade são idosas e relataram que não frequentaram a escola devido à distância, pois, onde moravam, a escola era distante de suas casas e tinham que ir a pé. Outro fator que contribuiu para esta situação foi o trabalho, pois elas trabalhavam desde criança junto a seus pais. O gráfico 01 apresenta as informações referentes à escolaridade dos integrantes das famílias dos entrevistados.

Gráfico 01 – Escolaridade das famílias entrevistadas do Reassentamento Refofaz, 2021



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Em relação às atividades produtivas no reassentamento Refopaz, pode-se identificar uma divisão entre as 87 famílias. Cerca de 30 famílias estão voltadas para a pecuária leiteira, utilizando a maior parte de suas terras para manter seus rebanhos, seja para o cultivo de pastagem ou para o plantio de milho com o intuito de fazer a silagem para o gado. As outras 57 famílias estão orientadas para o cultivo de grãos, principalmente o plantio da soja, durante a safra de verão e, na safrinha, no período de outono, os agricultores plantam milho ou feijão e, durante o inverno, as famílias se dedicam ao plantio de trigo. Segundo o Entrevistado 3 (2020),

“os tiradores de leite conseguem plantar lavouras quando têm bastante silagem feita, daí a terra fica disponível e o gado fica comendo confinado, o restante das pessoas que vivem aqui mexem com a lavoura e plantam soja, milho, feijão e trigo”.

O primeiro grupo familiar que estamos identificando se dedica aos outros tipos de cultivo, como o plantio da soja, do feijão ou do trigo, apenas se sobrar alguma parte da terra utilizada para o rebanho leiteiro. Para que ocorra esta diversidade na produção nas 30 famílias é preciso que os agricultores se atentem e se programem para estocar alimentos para o gado. Dessa maneira, a terra fica livre para o cultivo da soja, milho, feijão e trigo. Esse cultivo de

grãos ocorre de acordo com o interesse de cada família em investir e plantar determinada variedade de produção agrícola.

Analisando a articulação dos produtores para desenvolverem seus trabalhos, em relação à produção leiteira ou na atividade agrícola, algumas questões nos chamam a atenção, como a diversidade na produção agrícola onde as famílias fazem um rodízio de cultivos considerando as estações do ano todo. Os entrevistados relatam que essa maneira de trabalhar na terra contribui muito para garantir o sustento familiar, já que cada um possui sua propriedade e, dessa maneira, conseguem retirar seu sustento ou renda da terra. Portanto, “este modo de trabalhar com vários plantios no ano todo é bom para todos nós, porque todos que moram aqui tem seu sítio e as terras são boas para isto e é um jeito da gente sobreviver” (Entrevistado 3, 2020).

3.2 Caracterizações das unidades de produção: aspectos produtivos e organizativos

No que se refere à área de terra das unidades de produção visitadas do reassentamento Refopaz, duas propriedades possuem 12 hectares; uma possui 22 hectares; duas propriedades marcam 24 hectares; duas possuem 28 hectares, e duas ultrapassam os 30 hectares (sendo uma com 31 hectares e a outra com 38 hectares). Estas diferenças em relação ao tamanho de cada propriedade ocorrem devido ao processo de indenização recebida pelos moradores, pois o projeto de reassentamento realizado pela empresa Copel e o Governo estadual do Paraná considerou o tamanho do grupo familiar para a distribuição da terra, ou seja, se a família fosse composta por mais pessoas receberia uma área de terra maior do que as famílias com menor número de integrantes, como descrito no item 2 do presente trabalho.

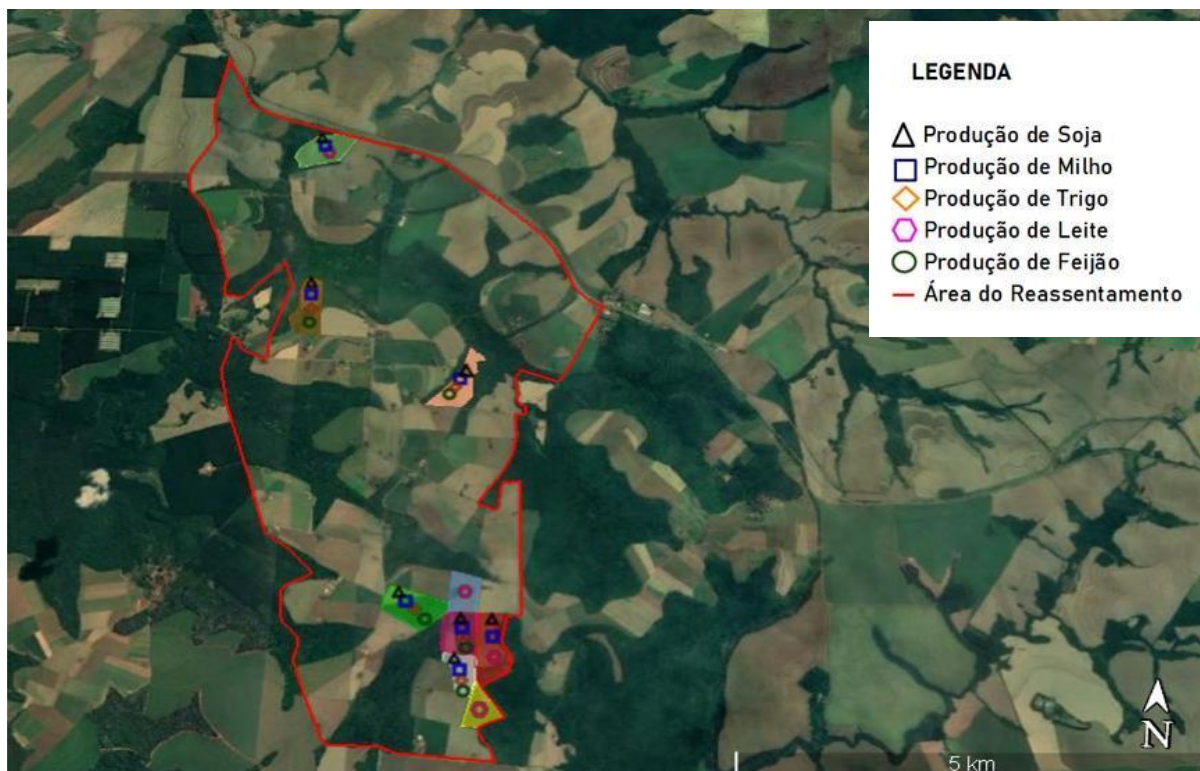
Das famílias entrevistadas, todas residem em suas propriedades e exercem um trabalho direto com a terra, atuando com várias atividades agropecuárias. A principal atividade para a geração de renda desenvolvida por duas das famílias entrevistadas é a pecuária leiteira; duas outras famílias trabalham com a produção de leite, milho e soja. Nas palavras do Entrevistado 1 (2021): “Vaca de leite e soja, planta soja no cedo e milho no tarde”.

Outras três famílias realizam seus trabalhos por meio de parceria, tendo em vista que os mesmos não contam com implementos agrícolas ou maquinários. Desse modo, a parceria é realizada com um vizinho ou com algum familiar que possua as máquinas necessárias para o trabalho, a parceria possibilita a estas três famílias terem na produção da soja, do milho, do trigo e do feijão a sua fonte de renda. Pode-se observar por meio das palavras do Entrevistado 2 (2021):

Aqui a gente planta um quadro de milho [...] daí a gente tem uma parceria, porque a gente não tem condições de ir atrás de máquinas agrícolas, daí a gente tem esta parceria com um companheiro que vem e planta e a gente pega uma porcentagem da lavoura aí. Aqui planta mais a soja e o milho, o feijão, né? Então é a lavoura que a gente tem aqui e o trigo que tamo na florada com perspectiva que seja uma boa safra.

As outras duas famílias entrevistadas também produzem soja, milho, trigo e feijão. Além de suas produções, os mesmos contam com máquinas próprias para o trabalho em suas propriedades. Podemos observar na figura 04, a seguir, as principais produções considerando a sua importância na geração de renda das famílias entrevistadas.

Figura 04 – Principais atividades produtivas das famílias entrevistadas no Reassentamento Refopaz, 2021



Fonte: elaborada pelo autor, com base em Google Earth (2021)

As famílias contam com assessoria técnica privada. Os produtores de leite recebem visitas do médico veterinário contratado das empresas que fornecem medicamentos para seu rebanho, desse modo, as visitas do veterinário ocorrem uma vez por mês. Contudo, se ocorrer algum imprevisto como quando uma das vacas adoecer ou tem problemas no parto, então é só entrar em contato com ele para receber o atendimento na propriedade.

Durante as conversas sobre a assistência técnica com os produtores de leite, os entrevistados relataram que pagam um valor mensal para a empresa que fornece o serviço do médico veterinário para, então, poderem contar com as visitas mensais. Por outro lado, quando ocorre uma emergência e o veterinário for solicitado em outros horários para além dos dias agendados de visitas contratadas, os produtores pagam um valor adicional pelo serviço.

As famílias que produzem grãos em suas propriedades necessitam de uma assessoria técnica nas suas lavouras. A presença de um agrônomo ou técnico agrícola é importante, entre outros motivos, para analisar a qualidade

do solo, orientar sobre a melhoria da adubação e o controle de ervas daninhas e parasitas. É notório que esses cuidados resultam em aumento da produtividade, com isto, os entrevistados relatam que a assessoria técnica utilizada em suas propriedades é privada, fornecida pelas empresas cerealistas onde os entrevistados compram as sementes e adubos para as plantações e também vendem sua colheita.

Além dos produtos cultivados para geração de renda, as famílias, ao concederem entrevistas, relataram sobre as suas produções para

o autoconsumo. A partir destas discussões foi constatado uma diversidade de produtos destinados exclusivamente para a alimentação familiar, dentre os produtos estão os bovinos, suínos, aves e ovinos que são criados para o consumo da carne, além do leite e mandioca. De acordo com o entrevistado 3 (2021): “tem os porco as galinha, ovelhas, mandioca, uma vaquinha pra dá leite pro gasto, mais um boizinho para a carne.” Como os entrevistados contam com a produção de leite para seu próprio consumo, também não deixam de fazer queijos e outros derivados. Sendo assim as imagens 05, 06 e 07 apresentam alguns dos produtos para o autoconsumo das famílias entrevistadas.

Figuras 05 e 06 – Produção de mandioca para o autoconsumo das famílias no reassentamento Refopaz, 2021



Fonte: Fotografias registradas pelo autor (2021).

Figura 07- Produção de queijo para o autoconsumo das famílias no reassentamento Refopaz, 2021



Fonte: Fotografias registradas pelo autor (2021).

O cultivo de hortaliças e plantas frutíferas também é fundamental para a dieta de autoconsumo. Esta prática de produzir alimentos em suas propriedades é uma forma de evitar comprar os produtos e, assim, diminuir as despesas familiares. Das nove propriedades visitadas apenas uma foi encontrado relatos referente a produção de arroz e cana-de-açúcar para autoconsumo. Outra produção identificada foi o cultivo de abóboras para a alimentação dos animais, como manifestado nas falas do entrevistado 2 (2021):

[...] a gente tem que te né o feijãozinho que é pro gasto, a mandioca, cana de açúcar para gente fazer um caldo de cana e abóboras também pros animais, pros porco tamém, pra facilitar e não depender de compra. Então pros animais a gente produz tudo aqui, e pra família no caso aqui o arroz, o feijão, a mandioca e a carne.

Como foi descrito em relação aos produtos cultivados das famílias entrevistadas, tanto para gerar renda como para o autoconsumo, foi possível verificar várias formas de cultivos com o intuito de gerar renda e manter as suas propriedades.

Portanto, o trabalho dos moradores do reassentamento Refopaz está ligado diretamente com a terra, levando em consideração que sua renda tem

origem na atividade agropecuária, e cada família se esforça no trabalho para garantir o bem-estar. Desta forma, a mão de obra utilizada pelos moradores do reassentamento está diretamente ligada com o próprio grupo familiar, como o pai, a mãe e os filhos, além do trabalho, eles também tomam conta da gestão de suas propriedades. Analisando o trabalho, a organização dos moradores e a sua ligação com a terra, é notável que seu estilo de vida está ligado à agricultura camponesa, conforme relatado no capítulo anterior. Wanderley (2003) salienta que a agricultura camponesa se caracteriza pela posse da terra, além de obter também os meios de produção realizando seu trabalho em suas unidades produtivas, produzindo tanto para o mercado quanto para o autoconsumo.

Outro elemento importante relacionado à produção camponesa, quando estamos nos referindo ao reassentamento, é a ajuda de um morador para com o outro, principalmente em relação à troca de serviços. Esta prática realizada entre vizinhos é algo que contribui diretamente no desenvolvimento do trabalho. Essa troca de serviço aparece, principalmente, entre as famílias que produzem leite, pois para a produção da silagem do rebanho leiteiro é necessária uma ajuda extra. Oliveira (2001) destaca que esta prática de troca de serviços aparece com frequência na produção camponesa e com nomes diferentes, podendo ser conhecida como mutirão ou troca de dias de serviço entre os camponeses possuidores de pequenas propriedades.

Cada família que trabalha com a produção de leite precisa contar com a força de trabalho de outras pessoas para realizar o trabalho de produção da silagem. Como todos os moradores já possuem seus maquinários, como trator e ensiladeira (usada para triturar o milho), quando ocorre a troca de serviço, os vizinhos, além de ajudarem, levam seus maquinários para realizar o serviço. O Entrevistado 4 (2020) relata essa situação nos seguintes termos:

Nos dias de silagem como é muito apurado e tem que fazer ligeiro para armazenar no silo e fechar, então a gente se ajuda com os vizinhos, aqui todos têm suas máquinas daí quando eu vo fazer silagem na minha casa, o meu vizinho vem me ajudar e traz seu trator para cortar o milho, então com o meu trator e o dele vai mais rápido, quando tem que fazer na casa dele daí eu também levo meu trator para ajudar.

Foi possível verificar que a troca de serviços se estende para além dos entrevistados e é praticada por todos que atuam com a produção leiteira no reassentamento Refopaz. Os moradores do reassentamento que atuam com a produção leiteira se organizaram e formaram um coletivo para então se ajudarem nos trabalhos durante os períodos de fazer a silagem.

O depoimento do Entrevistado 4, ao se referir sobre a troca de serviços entre os vizinhos, nos lembra os elementos da produção camponesa, conforme Oliveira (2001). Quando a família não está dando conta das atividades, os demais camponeses entram em ação para complementar e contribuir no trabalho. Desta maneira, as formas de ajuda entre os camponeses são efetivadas por meio de mutirão, trocas de dias ou a ajuda mútua. O autor citado explica que a ajuda mútua foi a solução encontrada pelos camponeses que não têm condições de pagar trabalhadores continuamente.

Levando-se em consideração as práticas produtivas realizadas pelas famílias reassentadas, como apontado nos parágrafos anteriores, podemos afirmar que os meios de produção do reassentamento ligam-se diretamente com a lógica camponesa. De acordo com Ploeg (2009, p.19):

Essa base de recursos, por sua vez, propicia diferentes formas de coprodução entre o ser humano e a natureza viva. A coprodução (ou seja, o processo de produção agrícola) é modelada a fim de comportar, tanto quanto possível, os interesses e as expectativas da família camponesa. É dessa forma que interage com o mercado: enquanto uma parte é vendida, a outra é usada para a reprodução da propriedade e da família camponesa. Assim, permite, direta e indiretamente, a sobrevivência da família e de suas projeções futuras. A coprodução também retroalimenta e fortalece a base de recursos, melhorando, portanto, o próprio processo de coprodução. Esse processo se dá por meio de melhorias qualitativas: tornando a terra mais fértil, cruzando vacas mais produtivas, selecionando as melhores mudas, construindo melhores instalações de armazenagem, ampliando o conhecimento, tornando a forragem compatível com as necessidades do rebanho, etc. Além de retroalimentarem positivamente a coprodução, tais melhorias qualitativas podem traduzir-se em ampliação da autonomia. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica prevalecente, a sobrevivência e o desenvolvimento da base de recursos autogerida podem ser fortalecidos por meio da inserção em outras atividades não-agrícolas [...].

Ainda, discutindo as questões referente a produção do reassentamento Refopaz, buscando as suas características de agricultura camponesa, não

podemos deixar de comentar seus modos de interação com o mercado. As relações estão ligadas por meio da produção leiteira, na comercialização de produtos agrícolas, como leite, soja, milho, feijão e trigo. Wanderley (2003) salienta que as práticas de relações dos camponeses, com uma sociedade externa ou com o setor globalizado, são mantidas pelos laços mercantilistas, com isto, as práticas camponesas não podem ser entendidas como algo isolado socialmente das práticas de mercado.

Das nove famílias entrevistadas, todas possuem na mão de obra familiar a sustentação para a realização do trabalho. Deste modo, durante os afazeres diários, a família toda contribui para suprir as demandas do dia a dia em suas unidades de produção, como observado na fala do Entrevistado 5 (2021): “uns tira leite, outro trata das vaca, outro faz limpeza, desse jeito, um ajuda o outro, não tem dizer aquele é meu serviço acaba e vo ficá parado, vamo fazendo tudo.”

A penosidade do trabalho é diminuída pelo uso de maquinário e equipamentos utilizados pelas famílias. Vale destacar que o relevo é favorável à mecanização, a figura 08 apresenta uma vista parcial do relevo do reassentamento.

Figura 08 – Paisagem do reassentamento Refopaz com destaque para o relevo da área, 2021.



Fonte: Fotografia registrada pelo autor (2021).

Diante disso, como mostrado no quadro 01, as famílias possuem diferentes maquinários agrícolas.

Quadro 01 - Equipamentos disponíveis na unidade de produção do reassentamento Refopaz, 2021

	F 1	F 2	F 3	F 4	F 5	F 6	F 7	F 8	F 9
Trator	2	0	1	2	0	2	2	1	0
Pulverizador	1	0	1	1	0	1	1	1	0
Colheitadeira	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Carreta	1	0	1	1	0	1	1	1	0
Ensiladeira	1	0	1	1	0	1	1	0	0
Plantadeira	0	0	0	1	0	2	2	1	0
Caminhão	0	0	0	0	0	1	1	0	0
Resfriador de leite	1	0	1	1	1	1	1	1	0
Geladeira	3	1	1	1	3	2	2	2	1
Freezer	2	2	1	1	1	2	1	3	1
Automóvel	2	1	1	2	1	4	2	3	1
Banheiro	2	1	1	2	2	1	2	2	1
Internet via WI-FI	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não
Motocicleta	1	1	1	1	0	4	1	2	0

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2021).

Em relação à disponibilidade de implementos agrícolas ou máquinas para a realização do trabalho em suas unidades de produção, de acordo com o quadro apresentado, seis dos entrevistados possuem trator para realização de suas atividades. Destes, dois possuem dois tratores cada família.

Das nove pessoas que concederam entrevista, seis delas possuem pulverizador e apenas uma conta com colheitadeira (Figura 9); outras seis pessoas também possuem carretas para trabalhar com o trator (Figura 10); cinco dos entrevistados possuem ensiladeira; outras quatro contam com plantadeira; duas têm caminhão próprio para o escoamento da sua produção na colheita e, por último, sete dos entrevistados dispõem de resfriador de leite.

Figura 09 – Maquinários agrícolas disponíveis nas unidades de produção visitadas, 2021.



Fonte: Fotografia registrada pelo autor (2021).

Figura 10 – Maquinários agrícolas disponíveis nas unidades de produção visitadas, 2021.



Fonte: Fotografia registrada pelo autor (2021).

Os três entrevistados que aparecem no quadro sem nenhum tipo de máquina agrícola optaram por não investir nisso. Realizam o trabalho por meio de parceria, tendo em vista que seus parceiros possuem maquinários e, assim, eles não precisam comprar máquinas próprias, mesmo possuindo condições de adquiri-las. Em relação às famílias que não possuem colheitadeira e caminhão, elas relataram que preferem não adquirir esses equipamentos, pois acaba sendo inviável considerando o custo de compra e manutenção. Deste modo, se torna mais barato contratar um amigo ou vizinho que possua colheitadeira e caminhão quando necessário.

Caso semelhante acontece com a plantadeira. Os entrevistados comentam que por mais que possuam condições de comprar, ainda assim se torna mais viável combinar com o vizinho para plantar seus terrenos. A duração do plantio é de dois ou três dias então não compensa comprar uma máquina para usar menos de uma semana e passar o restante do ano parada.

Como demonstrado anteriormente no quadro, todas as famílias possuem carro próprio, enquanto que duas famílias não possuem motocicleta. Outro ponto importante é que os entrevistados contam com os utensílios eletrônicos em suas casas. Entre estes, estão freezer e geladeira, sem deixar

de mencionar que todas as propriedades visitadas são equipadas com infraestrutura de saneamento básico (cinco das nove propriedades visitadas possuem 2 banheiros instalados em suas casas, já as outras quatro contam com um sanitário em cada uma). Ainda, cabe mencionar que sete dos entrevistados têm acesso à internet via Wi-Fi, as outras duas pessoas preferiram não fazer assinatura do serviço, mas possuem aparelho celular para se comunicar por ligação.

Em relação aos aspectos organizativos do reassentamento, existiam duas associações dos moradores, a associação Foz do Chopin e a associação Santo Isidoro. Anteriormente, por volta do ano de 2016, as associações atuavam fazendo um rodízio nas propriedades das famílias, ou seja, prestavam serviços para a comunidade, principalmente no trabalho para a produção da silagem, porém, nos dias atuais, os entrevistados relatam que as associações estão paradas e não desempenham nenhuma atividade.

As duas associações possuíam maquinários para a execução dos trabalhos nas propriedades, como ensiladeira, carreta, roçadeira de pasto utilizada em tratores, mas as máquinas estão todas paradas e envelhecidas, como pode-se observar na fala do Entrevistado 6 (2021): “[...] era pra ter *[maquinário]*, era pra ter mais não tem, acabo tudo. Tem lá umas carreta vieja, umas coisa vieja, mas pra te falá a verdade quem usa eu não sei [...]”. Diante dos relatos dos entrevistados sobre não terem mais acesso aos maquinários, surge a importância das trocas de serviços de um vizinho com o outro, prática que vem sendo utilizada e relatada pelos entrevistados.

Para que os produtores de grãos entrevistados consigam fazer seus plantios e chegar à colheita, eles trabalham com as linhas de créditos ou financiamentos rurais. As linhas de créditos utilizadas pelos entrevistados são feitas por cooperativas de créditos como a Cooperativa de crédito Rural com Interação Solidária (Cresol), ou Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), além de outros bancos, como o Banco do Brasil (BB). Como comenta o entrevistado 6 (2021): “a gente faz os custeio das lavouras tudo pelo banco mesmo no Sicredi.” Esta utilização de financiamento para a realização dos cultivos das lavouras se torna muito importante para os produtores, pois, desse modo, facilita para a compra dos insumos, como adubos e sementes, além de outros tratamentos com agrotóxicos que são necessários no decorrer do crescimento

dos produtos cultivados. Sem os créditos rurais se tornaria muito complicado para os agricultores comprarem os produtos necessários para realização dos plantios. As linhas de crédito disponibilizadas pelos bancos facilitam o trabalho pelo fato de o produtor tomar emprestado o dinheiro e pagar na colheita, além dos produtores contarem também com um seguro para a lavoura que garante o ressarcimento dos prejuízos caso ocorra algum tipo de frustração na safra, como uma seca muito forte que prejudique o desenvolvimento das plantas ou a ocorrência de granizo, geadas ou excesso de chuvas que interfiram na produtividade.

As famílias que trabalham com a atividade leiteira já utilizaram os bancos em ocasiões passadas, mas, na atualidade, preferem não utilizar os financiamentos disponibilizados nas cooperativas de crédito. Elas relatam que já possuem um rebanho suficiente para seu trabalho e o tamanho da propriedade, não necessitando de financiamento para aumentar o número de vacas.

As famílias que trabalham com parceria na produção de suas lavouras utilizaram os créditos rurais em ocasiões passadas, já nos dias atuais abriram mão desta prática deixando, então, para seu parceiro trabalhar com as instituições bancárias.

Durante a pesquisa, foi constatado que entre as nove propriedades visitadas, em três delas existe mais de uma renda além das atividades agropecuárias, obtida por meio da aposentadoria por idade na família. A aposentadoria é incorporada à renda e utilizada para pagamento das despesas.

Além disso, pode-se constatar também que outras quatro pessoas que pertencem a três diferentes famílias atuam como trabalhadores assalariados, desse modo, também contribuem nas despesas familiares. Mesmo essas pessoas trabalhando fora das unidades de produção ainda assim dão conta de ajudar a família nas atividades, como relata o Entrevistado 4 (2021) ao se referir ao seu filho e a ele próprio: “Seria que nem *nóis*, toca a propriedade e trabalha fora *tamém*, trabalha de empregado assalariado em cooperativa.” Esta prática de trabalhar fora da propriedade ocorre entre as famílias que não atuam na pecuária leiteira.

O trabalho assalariado, no caso estudado, adquire o sentido de trabalho acessório, conforme Oliveira (2001), se constituindo como uma alternativa para o fortalecimento do campesinato e a sua permanência no campo. De acordo com o autor citado:

através do trabalho acessório o camponês pode se transformar periodicamente em *trabalhador assalariado*, recebendo *salário* por período de trabalho. Essa *transformação periódica constitui-se em fonte de renda monetária que suplementa o rendimento com as culturas em suas propriedades*. (OLIVEIRA, 2001, p. 57)

Outro elemento levantado no presente trabalho, foram as transformações ocorridas nas atividades produtivas das famílias em relação aos seus antigos locais de moradia, antes da formação do reassentamento. Anteriormente, as famílias desenvolviam a produção de feijão, milho, aves, suínos, bovinos, e poucas vacas leiteiras com o intuito principal de produção do próprio alimento. Como relata o Entrevistado 8 (2021) “*Nois* tinha umas vaquinha lá pa mãe *fazê* queijo e plantava e colhia só po consumo, não tinha nada praticamente.” Uma prática adotada pelos entrevistados para complementar a renda na antiga comunidade era trabalhar fora por dia, atuando em roçados e na colheita de feijão, mas não era sempre que conseguiam esses trabalhos para serem realizados.

Com a mudança das famílias indenizadas para o reassentamento ocorreu uma certa transformação considerável nesta lógica de produção apenas para o autoconsumo. Após a chegada das famílias em sua nova comunidade, passou-se a cultivar produtos exclusivamente para o mercado e, assim, obter renda.

Pode-se considerar que as transformações ocorreram devido à disponibilidade de máquinas agrícolas por parte das famílias entrevistadas e também pela qualidade e quantidade de terras adquiridas no reassentamento. Alguns entrevistados relataram que não contavam com nenhum tipo de implemento agrícola na antiga comunidade, o trabalho era totalmente braçal ou com tração animal, além de que o relevo era muito inclinado e com muitas rochas e, portanto, não tinham possibilidades de trabalhar com máquinas agrícolas motorizadas.

Após a vinda para o reassentamento a renda familiar melhorou consideravelmente se for comparada àquela da antiga comunidade, como

relata o Entrevistado 6 (2021) “Não dá nem de *compará* a renda de lá com a daqui né, deu uma diferença *quaje*, o dia com a noite, aqui é *lugá bão*, sempre falo pra turma aqui pra *nóis* foi a maior esportiva de tudo, *nóis* nunca *imo acertá* mais uma esportiva desta.” Na antiga área os entrevistados não contavam com nenhum tipo de automóvel para seu transporte e na atualidade todos os entrevistados possuem seu carro ou sua motocicleta para se locomover. Aqui, deve-se considerar a própria mudança no quadro político e econômico do país no começo deste século, que favoreceu a aquisição de automóveis e outros bens.

Outro ponto avaliado foi a mudança de vida das famílias após as indenizações recebidas e a chegada no reassentamento. Das nove pessoas entrevistadas, todas relataram que a chegada na comunidade foi positiva para elas e suas famílias. O Entrevistado 9 (2021) afirma: “Acho que melhorou né, porque as terras são mais planas e lá era só no arado, na enxada e foice, essas coisas, não tinha esse negócio de trabalhar de trator, nós até evoluímos, porque minhas meninas tudo estudou.” Um dos entrevistados chegou a destacar que ocorreu uma melhora de vida “em 100%”.

Em relação às dificuldades enfrentadas pelos entrevistados desde a chegada no reassentamento até os dias atuais apareceu a adaptação com o tempo, tendo em vista que o reassentamento está localizado em Cascavel, município com inverno mais rigoroso e com mais vento do que a antiga comunidade. Por outro lado, os entrevistados comentaram que com o passar do tempo foram se adaptando. Mas palavras do Entrevistado 2 (2021):

A princípio a questão da adaptação né a questão do clima não é muito longe, uns duzentos quilômetros daqui lá, mas chegando aqui a gente teve dificuldade de adaptação, agora dá prá se dizer que tá tudo tranquilo porque o pessoal vai *acustumando* né a gente foi pegando conhecimento [...].

As famílias que concederam as entrevistas colocaram que as maiores dificuldades são as péssimas condições das estradas do reassentamento, fica difícil o deslocamento dos moradores, principalmente em dias de chuva. Outro ponto importante é que o transporte escolar não consegue fazer o roteiro para levar os estudantes para escola e, por último, mas não menos importante, vem ser o pedágio existente na rodovia, pois cada vez que os moradores precisam

resolver seus negócios na cidade eles necessitam pagar o pedágio, como relata o Entrevistado 7 (2021):

Eu tenho uma dificuldade aqui que é a estrada e o pedágio porque aqui eu tenho que pagar pedágio até para ir em uma reunião da escola dos meus filho. E, assim, a patrôla, às vezes vem até na comunidade só! E aqui deixa *nóis*, a Deus dará.

No que se refere às relações entre os vizinhos do reassentamento, os entrevistados destacam que atualmente as famílias se visitam bastante, um frequentando a casa do outro, além das contribuições no trabalho. Mesmo as famílias estabelecendo relações sociais umas com as outras, na atualidade, os entrevistados relataram que na antiga comunidade as relações e visitas acompanhados de ajuda mútua eram mais frequentes, como manifestado pelo Entrevistado 5 (2021):

Lá, na verdade, havia mais união entre a comunidade, lá era mais braçal, fazia muito mutirão, se visitava mais, não tinha tanta tecnologia como tem hoje né? Então o pessoal convivia mais em sociedade, também por ser área menor todo mundo morava mais perto, por exemplo, aqui a média menor de cada lote é sete alqueires, lá a maior era sete alqueires. A média do pessoal lá era dois alqueire, tinha arrendatário e tinha proprietário lá com cinco alqueire e cinco famílias sobrevivendo em cima.

Também foram realizadas algumas perguntas com o intuito de verificar se as famílias receberam indenizações em dinheiro por suas antigas propriedades que ficaram inundadas em decorrência da formação do reservatório da Usina Hidrelétrica. Das nove pessoas entrevistadas, apenas quatro delas receberam além das terras uma remuneração em dinheiro para ressarcir a sua antiga propriedade que foi inundada.

As famílias que receberam os pagamentos destacaram que devido à organização da população em termos de pressão popular, o dinheiro recebido foi mais alto do que o valor das antigas propriedades. De acordo com os entrevistados, os pagamentos foram à vista e direto na conta bancária, sem deixar de mencionar que foram satisfatórios, como relata o Entrevistado 6 (2021):

o pagamento deles foi à vista, na verdade, na época devido à mobilização popular a indenização foi maior que o preço de mercado.

O pagamento foi bõo, valeu bastante porque a terra que nós tinha lá era poca, eles pássaro o dinheiro na conta do banco.

Já as outras cinco pessoas entrevistadas receberam como indenização a terra e as estruturas nas propriedades, não recebendo valores em dinheiro. O edital publicado pelo Governo do estado acompanhado da empresa Copel que garantia o acesso ao reassentamento apenas assegurava indenizações em dinheiro para as pessoas que fossem proprietárias, então como os cinco entrevistados eram arrendatários e meeiros não puderam receber a indenização.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou, em primeiro lugar, o processo histórico do reassentamento Refopaz, em Cascavel, no Paraná. Foi constatado, por meio de pesquisas bibliográficas e pesquisas de campo, que a formação do reassentamento ocorreu devido à instalação da Usina hidrelétrica Governador José Richa.

Em um segundo momento, foi buscado compreender a diversidade na produção familiar do reassentamento Refopaz. Com as pesquisas realizadas em campo, pode-se constatar uma variedade de produtos cultivados nas propriedades visitadas, tendo em vista que a pesquisa identificou a produção de milho, soja, trigo e feijão, além da pecuária leiteira. Diante disto, pode ser considerado que há uma diversidade na produção das famílias entrevistadas.

Já para a terceira parte desse trabalho, analisou-se as atividades econômicas e produtivas do reassentamento. No que se refere às atividades econômicas, das nove pessoas entrevistadas, todas relataram que a principal origem da sua fonte de renda é o trabalho em suas próprias unidades de produção, por meio do cultivo de grãos ou na pecuária leiteira.

Posteriormente, tratou-se das principais transformações na lógica de produção familiar com a mudança das famílias para o reassentamento. As famílias entrevistadas relataram que em sua antiga comunidade, antes da construção da usina, seus cultivos eram apenas para autoconsumo familiar e para a manutenção dos animais. Os trabalhos eram realizados manualmente devido à inclinação do solo que não permitia a utilização de maquinários agrícolas, sem deixar de mencionar que suas unidades de produção eram consideradas pequenas e não contavam com crédito rural.

Continuando a observação em relação à transformação na lógica de produção familiar, pode ser identificado que ocorreu um aumento na produção, pois, com a mudança, de acordo com os entrevistados, foi possível aumentar a quantidade de terra cultivada por famílias. Além da terra do reassentamento ser favorável ao uso de maquinários agrícolas, outro elemento importante foi o acesso aos créditos rurais, estes fatores contribuíram para alavancar a produção das famílias entrevistadas e concretizou sua inserção no mercado.

A hipótese inicial que apontava uma melhora nas questões financeiras das famílias com a criação do reassentamento foi confirmada, pois os entrevistados relataram que com o acesso aos créditos rurais, máquinas agrícolas e uma maior quantidade de terras, foi possível melhorar a situação financeira das famílias. Já a hipótese que atribuía a melhora de vida das famílias às indenizações em dinheiro recebidas, não se confirmou, pois dos nove entrevistados apenas quatro foram indenizados com dinheiro além da terra.

Uma outra hipótese, levantada no início do trabalho, foi a de que as famílias possuem uma diversidade na produção agropecuária no reassentamento e isso produziria diferenças econômicas entre as mesmas. Contudo, a hipótese não se confirmou já que apesar das diferenças, as famílias entrevistadas possuem características muito próximas, marcadas pela lógica camponesa. Vale destacar que existem outras famílias no reassentamento em condições econômicas diferentes, que compraram vários lotes e ampliaram a sua área de produção, porém elas não integraram o escopo da pesquisa. Isso indica a possibilidade de estudos futuros.

E, por fim, identificamos que mesmo as famílias tendo chegado ao reassentamento, adquirido uma área maior de terra em relação ao antigo local de moradia, acessado créditos rurais e maquinários, isto não alterou sua organização no trabalho e na vida. Pode-se perceber que elas continuam estabelecendo os laços sociais com seus vizinhos, marcados pelas visitas entre as famílias e pela ajuda mútua na realização do trabalho, preservando um modo de vida diretamente ligado com a terra.

REFERÊNCIAS

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Texto trabalhado durante o 3º Módulo do Curso Regional de Formação Político-sindical da região Nordeste/2007. Disponível em:

<http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-altafin---2007.pdf> . Acesso em: 17 de dez. 2020.

ANEEL - Agencia Nacional de Energia Elétrica – **Atlas de energia elétrica do Brasil**. Brasília, 2002. Disponível em http://www.aneel.gov.br/arquivos/pdf/livro_atlas.pdf. Acesso em: 17 de dez. 2020.

DERROSSO, Giuliano Silveira. **A influência dos movimentos sociais na reconfiguração das identidades**: um estudo junto aos reassentados pela construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias-PR. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração). Curso de Pós-graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

DERROSSO, Giuliano; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. O papel da Crabi no assentamento dos ribeirinhos atingidos pela construção da hidrelétrica de Salto Caxias no estado do Paraná. **Revista de Administração Pública - RAP**, v. 47, n. 1, 2013, p. 133-155.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29 Mai./Jun. 1995.

KARPINSKI, Cezar. **Sobre as águas a memória**: relações de poder e subjetividades durante a implantação da Usina Hidrelétrica Salto Caxias (Paraná, 1989-2001). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

JUNIOR, Jorge Pagliarini. Reconstruindo territórios e identidades: O processo de inserção dos moradores do Reassentamento São Francisco de Assis nas cidades de Corbélia e Cascavel-Paraná. **Espaço Plural**, v. 10, n. 20, p. 130-139, 2009.

MENDES, Noeli Aparecida Serafim. HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Impactos sócio ambientais de usinas hidrelétricas: algumas considerações preliminares. **Formação (Online), Presidente Prudente**, São Paulo, v. 1, n. 10, 2003.

MONDARDO, Marcos Leandro. A dinâmica migratória do Paraná: o caso da região Sudoeste ao longo do século XX. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 28, n. 1, p. 103-131, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura Camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PARMIGIANI, Jacqueline. Apontamentos para a história de uma luta: os atingidos Apontamentos para a história de uma luta: os atingidos pela barragem de Salto Caxias/PR. **Tempo da Ciência**, v.13, n. 26, p.107-123, 2006.

PLOEG, Jan Douwe van Der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, Paulo (Org). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. Ploeg,

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed., Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REOLON, Cleverson Alexander. Colonização e urbanização da Mesorregião Oeste do Paraná (1940-2000). **Raega-O Espaço Geográfico em Análise**, v. 13, 2007.

ROSSI, Daniela Olga. Alterações socioambientais geradas pela implantação da usina hidrelétrica Governador José Richa no município de Capitão Leônidas Marques-PR. **Cadernos PDE**, v. 2, p. 47, 2014. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2_014_unioeste_geo_pdp_daniela_olga_rossi.pdf. Acesso em: 17 de dez. 2020.

SILVA, Pedro José da. Usinas hidrelétricas do século 21: empreendimentos com restrições à hidroeletricidade. **ENGENHARIA**, 2014. Disponível em: http://www.brasilengenharia.com/portal/images/stories/revistas/edicao619/619_energia.pdf>. Acesso em: 17 de dez. 2020.

ZEN, Eduardo Luiz; FERREIRA, Ana Rita de Lima. Movimento dos Atingidos por Barragem. In: CALDART, Roseli S.; PEREIRA, Isabel B.; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 487-491.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**. GT 17. PROCESSOS SOCIAIS AGRÁRIOS. CAXAMBU, MG. Outubro, 1996.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
 CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
 CURSO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS
 SOCIAIS E HUMANAS – LICENCIATURA

Pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso

Nome do Entrevistado/a: _____ Data da Entrevista: _____

1. Número de pessoas que residem na casa:

2. Dados das pessoas da família:

Nome	Idade	Escolaridade

3. Área total da unidade de produção (em hectares):

4. Quais são as principais atividades produtivas da família em relação à geração de renda?

5. Existe alguns produtos que são destinados apenas para o autoconsumo da família? Quais?

6. Além da vinculação com a produção agropecuária, existem outras formas de fonte renda na família? Quais? (aposentadoria? Algum tipo de trabalho fora da unidade?)

7. Existe alguma associação ou cooperativa entre os moradores do reassentamento? De qual maneira está organizada? Qual a sua importância?

8. Conta com assessoria técnica na produção? Pública ou privada? Com que frequência ela ocorre e para quais atividades?
9. Explique como a família se organiza para a realização das atividades. Como ocorre a divisão do trabalho entre os membros? O que cada um faz?
10. A mão de obra da família é suficiente para o trabalho? Contrata mão de obra? Se sim, em qual período do ano, para quais atividades e quantas pessoas são contratadas?
11. Os moradores ou os vizinhos utilizam a prática de troca de serviços ou de ajuda mútua? Se sim, para quais atividades? Explique como isso ocorre.
12. Apresente o número de equipamentos disponíveis na unidade de produção (incluir, caso existam, outros equipamentos importantes que não aparecem na lista):

Item	Se possui: sim ou não	Número
Trator		
Pulverizador		
Colheitadeira		
Carreta		
Ensiladeira		
Plantadeira		
Caminhão		
Resfriador de leite		
Geladeira		
Freezer		
Automóvel		-
Banheiro dentro de casa		
Acesso a internet por Wi-Fi		
Motocicleta		

13. Percebe alguma dificuldade enfrentada pelos moradores do reassentamento? Avalie a trajetória da chegada na área até os dias atuais.
14. Você recebeu indenização pela área inundada? Como ocorreu o pagamento? Foi satisfatório?

15. Você avalia que a vida da família melhorou em relação a como era no local em que morava antes do reassentamento?

16. Acessa algum tipo de financiamento ou política pública? Qual(is)?

17. Compare os seguintes aspectos considerando a vida no antigo local e, agora, no reassentamento:

17.1. Renda;

17.2. Tipos de atividades agropecuárias praticadas;

17.3. Disponibilidade de maquinário e penosidade (dificuldade) do trabalho;

17.4. Relação de vizinhança, proximidade e ajuda mútua com os demais membros da comunidade;

17.5. Alguma outra diferença importante?